



Revista Tempo e Argumento

ISSN: 2175-1803

tempoeargumento@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

Lohn, Reinaldo Lindolfo
Portugal, entre colonialismos e fascismos, na visão de Fernando Rosas
Revista Tempo e Argumento, vol. 10, núm. 24, 2018, Maio-Agosto, pp. 582-604
Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180310242018582>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338158055022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Portugal, entre colonialismos e fascismos, na visão de Fernando Rosas

Entrevistado

Fernando Rosas nasceu em Lisboa há 72 anos. É atualmente professor catedrático aposentado no departamento de História da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi um dos fundadores do Instituto de História Contemporânea (IHC) da mesma instituição, o qual dirigiu entre 1994 e 2013. Com ampla atuação nos meios acadêmicos, da imprensa e políticos portugueses, é um dos mais importantes estudiosos contemporâneos do fenômeno dos fascismos. Sua produção científica e bibliográfica é vasta e muito influente em âmbito internacional. Ao longo de sua carreira profissional, não deixou de exercer sua cidadania e de intervir nas grandes discussões que dominaram o processo político português, desde o movimento estudantil, quando foi um resistente ao regime salazarista, tendo sofrido perseguições e prisão, até os dias de hoje, quando não deixa de pesquisar e manifestar-se sobre os temas mais candentes de um mundo em que os debates sobre a história dos fascismos e dos crimes cometidos pelo colonialismo continuam a ser indispensáveis.

Entrevista concedida em 24 de abril de 2018 no Instituto de História Contemporânea, em Lisboa.

Para citar esta entrevista:

ROSAS, Fernando. Portugal, entre colonialismos e fascismos, na visão de Fernando Rosas. [Entrevista realizada em 24 de abril de 2018]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 582 - 604, abr./jun. 2018. Entrevistador: Reinaldo Lindolfo Lohn.

DOI: 10.5965/2175180310242018582

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018582>

Entrevistador

Reinaldo Lindolfo Lohn

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis – SC – BRASIL
reilohn@gmail.com

Tempo e Argumento: *Como foi o seu encontro com a historiografia? Sua formação inicial foi em Direito, então como tornou-se um historiador?*

Fernando Rosas: Eu formei-me inicialmente em Direito, em grande parte, porque para jovens intelectuais que queriam intervir politicamente na luta antifascista, a Faculdade de Direito era a única que de alguma forma fornecia alguma preparação teórica no que respeitava às Ciências Políticas, às Ciências Econômicas e também à História Política. E por isso é que o curso de Direito, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobretudo, era muito politizada à esquerda. O Dr. Álvaro Cunhal era da Faculdade de Direito, o Dr. Mário Soares também era da Faculdade de Direito. E, portanto, os jovens que queriam obter uma preparação para a política de resistência à ditadura frequentemente buscavam o Direito. E também porque eu tive na família um avô republicano, democrata, perseguido pelo Salazar¹, lutador contra a ditadura, que teve uma grande influência em mim e na maneira de eu pensar, e ele era advogado e licenciado em Direito. Então era também uma espécie de homenagem.

Mas, logo que acabei o curso, arrependi-me porque o curso de Direito despertava interesses políticos nos dois ou três primeiros anos — o curso naquela altura durava cinco anos — e depois nos últimos anos havia uma grande carga da Ciência Jurídica pura e dura que eu descobri que não me interessava grande coisa. E, portanto, desde essa altura que eu virei para a História.

Mas, em Portugal, antes do 25 de Abril², não havia um curso de História. Eram as chamadas Histórico-Filosóficas e era um curso extremamente conservador. Ou seja, a História acabava ali por volta de meados do século XVIII. O Marquês de Pombal já era uma figura suspeita! E quem tentava estudar a Revolução Liberal³ do século XIX em Portugal eram os comunistas e outros agitadores. Quer dizer, um estudante que

¹ António de Oliveira Salazar (1889-1970), ditador português que chefiou o regime do Estado Novo entre 1933 e 1968.

² Movimento militar conhecido como Revolução dos Cravos que, em 25 de Abril de 1974, derrubou o governo autoritário de Marcelo Caetano e, com isto, pôs fim à ditadura do Estado Novo.

³ A chamada Revolução Liberal do Porto, ocorrida em 1820, que resultou no fim do absolutismo em Portugal.

pedisse para estudar o século XIX caía imediatamente sob suspeita. Aquilo era uma História muito marcada pelo preconceito medievalista e conservador, pela História Moderna, no sentido mais conservador do termo e referido ao Antigo Regime, e o curso de História era completamente desinteressante. E como eu tive, a seguir ao 25 de Abril, um investimento forte na militância política, militância política profissional, primeiro na clandestinidade e depois na luta política que se seguiu à Revolução, voltei a ter tempo de me dedicar a esses assuntos, sem dúvida foi para a História de Portugal, cuja História Contemporânea estava a despertar, em grande parte pela obra de jovens investigadores formados em Paris, em Londres e em outros países europeus, e que traziam essas novidades e essa nova historiografia para Portugal.

Até então, a nossa História do século XX era completamente desconhecida. E, portanto, eu fui para História para em certo sentido responder a esta pergunta que a minha vida de militância política trazia: como foi possível durar, por quase meio século, uma ditadura como a salazarista? Essa foi a interrogação de base que me levou a desencadear os estudos sobre a História do Estado Novo português, da qual eu fui dos primeiros investigadores.

Tempo e Argumento: E você já teria alguma resposta para esta pergunta?

Fernando Rosas: Eu demorei uns anos a formular uma resposta completa, em um livro que publiquei só em 2012, chamado “Salazar e o Poder – a arte de saber durar”.⁴ Eu fui amadurecendo essas ideias sobre o regime. O subtítulo é “a arte de saber durar” porque um regime, uma ditadura como a salazarista, não dura apenas pela repressão. A repressão naturalmente é importante: há restrição das liberdades e há repressão política. Sobretudo, há a violência, a violência repressiva, que é um elemento constitutivo muito forte dessas ditaduras. Mas há outro tipo de violência e outros tipos de instrumentos muito eficazes que são aqueles dirigidos ao controle das almas, à modulação das consciências e o que eu chamo de violência preventiva

⁴ ROSAS, Fernando. Salazar e o poder – a arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2012. 367p.

usada aqui por órgãos de repressão preventiva e de inculcação ideológica no cotidiano. No cotidiano da escola, no cotidiano da família, no cotidiano do trabalho.

Essa potência totalizante do Estado e que o Estado Novo desenvolve, sobretudo, a partir de meados dos anos de 1930 sob influência do Nazismo, do Fascismo italiano e até do ambiente da Guerra Civil de Espanha,⁵ tudo isso tem uma importância enorme na modulação das consciências. É como se fosse traçada na sociedade uma linha invisível que toda a gente sabe que não pode ultrapassar. Quem ultrapassa, sobre essa pessoa se exerce a violência repressiva: quem faz greve, quem vai a uma manifestação ou quem milita num partido clandestino. Mas antes do exercício dessa violência, há uma violência preventiva no cotidiano. Eu costumo dar até um exemplo: quando eu entrei para o primeiro ano no Liceu⁶ Pedro Nunes, havia as aulas de Religião e Moral. Não era uma disciplina obrigatória, mas pais ou responsáveis tinham que pedir licença ao Ministro da Educação caso seu filho ou filha não quisesse frequentá-la. E meu pai pedia sempre, mas enquanto ele não pedia eu tinha que assistir às aulas e me lembro muito bem da primeira aula de Religião e Moral do primeiro ano do Liceu; o Padre que a ministrava disse isto: “os meninos que não são batizados, levantem-se!” Levantaram-se quatro. E estava ali a futura célula do Partido Comunista no Liceu. Eu e mais três!

Havia um controle invisível, no interstício das relações. E não só essas modalidades de violência, como também o papel muito importante que tiveram os aparelhos de inculcação ideológica no cotidiano. A organização corporativa que tem uma importância absolutamente fundamental na organização da economia. O corporativismo português é, sobretudo, de caráter econômico e estatal. Uma forma de dirigir o econômico, mas também com reflexos nos sindicatos: há a anulação da greve, a anulação da liberdade sindical, tudo isso, essa estrutura corporativa não só neutraliza a luta de classes, como também permite ao Estado uma ativa intervenção reguladora na economia. Não tem nada a ver com socialização da economia, mas

⁵ Conflito armado ocorrido entre 1936 e 1939, em que os grupos de direita comandados pelo General Francisco Franco derrotaram as forças republicanas e impuseram uma ditadura que durou até a morte de Franco, em 1975.

⁶ Equivalente ao Ensino Médio.

com o Estado ser o árbitro dos interesses econômicos. Regular a concorrência entre os diversos setores do capital, naturalmente disciplinar o trabalho e criar condições para a maximização da produção e do lucro. A estrutura corporativa tem então também um grande papel na durabilidade do regime.

Portanto, é preciso considerar o conjunto desses fatores, as várias formas de violência, o caráter tendencialmente totalitário do Estado, a organização corporativa e, não menos importante, o controle das Forças Armadas. Houve situações na nossa história contemporânea em que a sociedade civil se levantou, como no fim da Segunda Guerra Mundial, quando parecia impossível que as ditaduras ibéricas de Franco⁷ e de Salazar durassem depois do que tinha acontecido. Também nas eleições de 1958, com o General Humberto Delgado.⁸ Digamos, então, que há grandes movimentos civis que abalam o poder, mas as Forças Armadas mantêm-se fiéis. O regime agarra as Forças Armadas: tomou medidas preventivas, afastou quem tinha que afastar, controlou a oficialidade que tinha a responsabilidade da ordem pública. E, portanto, o regime treme nessas ocasiões, treme a sério, mas não cai. O regime só caiu quando uma parte das Forças Armadas se aliou à contestação civil para derrubá-lo. E isso ocorreu pelos efeitos da guerra colonial⁹ em Abril de 1974.

Tempo e Argumento: *Em 1945, o Estado Novo brasileiro, geograficamente afastado do centro dos acontecimentos europeus, é derrubado no contexto dos efeitos da Segunda Guerra Mundial...*

Fernando Rosas: E aqui não caiu porque o regime segurou as Forças Armadas e as Forças de Segurança e porque os ingleses e os norte-americanos não queriam um governo

⁷ Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), ditador espanhol.

⁸ Humberto da Silva Delgado (1906-1965), militar da Força Aérea Portuguesa, opositor ao regime do Estado Novo, que foi candidato presidencial derrotado nas eleições provavelmente fraudulentas em 1958. Exilou-se no Brasil em 1959 e tentou organizar movimentos militares que derrubassem o regime. Foi assassinado em 1965 por agentes da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) — polícia política do regime — na localidade espanhola de Los Almerines, em Badajoz, na fronteira com Portugal.

⁹ Confrontos entre tropas portuguesas e as forças de libertação das então colônias portuguesas na África, em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, entre 1961 e 1974.

democrático com a participação dos comunistas. Já havia o ambiente da Guerra Fria e seus riscos e eles preferiram defender a ditadura a ter um governo em que os comunistas necessariamente participariam porque o Partido Comunista Português, tal como no Brasil, era um partido socialmente influente e que seguramente iria participar de um governo democrático de transição. Os ingleses, sobretudo, mas os norte-americanos também, seguram Salazar. E este é também um fator externo que foi muito importante na duração do regime, na sua sobrevivência na crise do pós-guerra.

Tempo e Argumento: Como você lida com a interação entre a formação e atuação política e a formação de historiador?

Fernando Rosas: Eu, como historiador, não faço política. E como político uso bastante a História. Pode-se resumir dessa maneira. Como profissional da História, eu nunca deixei de exercer as minhas funções. Eu sou um historiador. Mas como historiador sou um cidadão e, assim, também intervenho politicamente. A seguir ao 25 de Abril, quando entrei na Academia,¹⁰ nunca assumi compromissos políticos que significassem me tornar um político profissional. Não que não respeite os políticos profissionais, mas não era essa a minha predisposição. Eu queria ser historiador e era essa a minha profissão. E, portanto, mesmo quando intervi politicamente,¹¹ nunca abandonei a universidade. Continuei a dar aulas, gratuitamente porque não se pode acumular dois empregos públicos, continuei a presidir o Instituto de História Contemporânea e, portanto, na minha atividade profissional eu não faço política, apesar de, naturalmente, aquilo que eu sou política, cultural e ideologicamente se projete, como toda a gente, na maneira de fazer História.

Mas eu acho que a pior forma de uso político da História é a daqueles que se dizem que são independentes e que não fazem política. Digamos que a pseudo-objetividade é a forma mais vulgar de fazer passar disfarçadamente uma certa

¹⁰ Concluiu o Mestrado em História em 1986.

¹¹ O professor Fernando Rosas exerceu mandatos de deputado na Assembleia da República portuguesa entre 1999 e 2011 pelo Bloco de Esquerda.

posição. Então eu sou um historiador de formação marxista, nunca escondi, e naturalmente essa formação projeta-se na maneira de olhar e ler a realidade, mas há uma coisa que é comum aos historiadores: a História é científica não tanto pela interpretação, mas pelo método que usa para abordar a realidade. É a metodologia que faz o caráter científico da História: o rigor e a crítica no tratamento das fontes e sua utilização. Essa é uma característica epistemológica irreduzível da disciplina. Fora isso, acerca do mesmo objeto e do mesmo tipo de tratamento rigoroso do objeto, necessariamente haverá sempre leituras diferentes.

Tempo e Argumento: O fato de você atuar na Universidade Nova de Lisboa é apenas circunstancial ou isso também demarca certa posição?

Fernando Rosas: A Universidade Nova, apesar de ter sido aprovada por decreto nos últimos anos da ditadura por um ministro que tentou modernizar o ensino e que se chamava Veiga Simão¹², na realidade só começou a funcionar depois do 25 de Abril. E os estudos das Ciências Sociais e Humanas foram uma grande novidade em Portugal. No tempo da ditadura, disciplinas como a Sociologia e a Antropologia eram praticamente proibidas. Portanto, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas foi uma grande novidade no tempo em que surgiu e recrutou muitos jovens, não só professores exilados, como muitos investigadores que ela própria formava.

Ora, eu concorri ao primeiro curso de Mestrado em História Contemporânea que houve no país, exatamente nesta instituição. E fui o primeiro Mestre em História Contemporânea do país, em 1986. E quando acabei o curso fui convidado para Assistente e fiz a carreira, depois, até Professor Catedrático. Mas isso aconteceu porque esta Faculdade tinha uma posição modernizante, singular e de alguma forma vanguardista nos estudos históricos e nos estudos das Ciências Sociais em geral. Sobretudo, por comparação ao outro centro de estudos históricos que era a velha Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Sabemos que as instituições respiram e falam pelas paredes. Foucault explicou-nos isso. Quer dizer que o fato

¹² José Veiga Simão (1929-2104), exerceu a função de Ministro da Educação Nacional entre 1970 e 1974.

desta Faculdade ter nascido num antigo quartel — onde eu, aliás, assentei praça, lugar chamado de quartel de Trem Auto — como uma novidade quase revolucionária, isso emprestou à Faculdade nesse período um caráter atraente para quem queria fazer um novo tipo de pesquisa. Eu vim atraído por isso e por aqui fiquei. E este curso de História e esta Faculdade tornaram-se pioneiros exatamente no estudo da história do Estado Novo ao nível acadêmico.

Tempo e Argumento: E como ocorreu a formação do Instituto de História Contemporânea (IHC) em 1990?

Fernando Rosas: O IHC foi fundado por mim e pelo professor Luís Nuno Espinha da Silveira que ainda é professor da casa. E foi muito simples. Nessa altura não havia nem Fundação para a Ciência e Tecnologia,¹³ quer dizer, o aparelho de apoio à ciência e à investigação não existia. Havia algumas entidades como o Instituto Nacional de Investigação e algumas verbas para doutoramentos na Inglaterra, das quais eu fui um dos beneficiados, mas a História Contemporânea estava a nascer. A História do século XIX, nessa altura, contava com mais avanços porque os investigadores que tinham estudado no estrangeiro haviam se concentrado na História do século XIX, que era uma história em larga medida por fazer — cite-se Vitorino Magalhães Godinho, Miriam Halpern Pereira e Manuel Villaverde Cabral — e alguns já com incursões no século XX, como Vasco Pulido Valente e Manuel Lucena. Era essa gente nova que começou a inspirar a História Contemporânea.

Nós sentimos que havia a necessidade, e daí nasceu a ideia, de “colonizar” o ensino secundário: fazer formação para os professores. Se nós não ensinássemos os professores do ensino secundário a ministrar a História do século XX, eles nunca o fariam. Não estudavam, não se atualizavam, ou seja, a História do século XX continuaria a ser uma não existência. Ou, pior ainda, uma mistificação. E, portanto, o IHC dos seus cursos de verão. A primeira coisa que fizemos, e disso o IHC viveu durante seus primeiros anos, foi fazermos cursos de verão para os professores e

¹³ Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), órgão do Ministério da Educação e Ciência português fundado em 1997, responsável pelo apoio e financiamento à pesquisa científica.

jovens investigadores. Fazíamos cursos sobre História de Portugal. O ensino da História Contemporânea para professores como atualização: a História da Primeira República, a História do Estado Novo e, em geral, um grande investimento na História do século XX como formação. O primeiro componente então foi mais a formação do que a investigação.

E ainda, como foram criados os mestrados, digamos que nós tínhamos um triângulo que era a Licenciatura, o Mestrado e o IHC. Da Licenciatura, selecionávamos os mais aptos para o Mestrado e no IHC podíamos abrir-lhes as portas à investigação. E este triângulo — a Licenciatura nessa altura envolvia quatro anos de formação —, Mestrado — com dois anos de formação — e o IHC como centro de investigação, permitiu criar uma equipe de investigadores que foram criados primeiro com o Mestrado em História do século XX e depois na pesquisa no IHC.

Esta primeira fase, durante alguns anos, foi muito restrita à História nacional porque nós não tínhamos ainda material de comparação. Não podíamos ainda comparar a História do século XX portuguesa com a de outros países, o que não quer dizer que não conhecêssemos em geral, mas o exercício científico da comparação exigia previamente que conhecêssemos em profundidade a própria realidade nacional. Por vezes, hoje, faz-se essa observação, a de que se fez um trabalho importante, mas não se exerceu a comparação. Não se comparou porque nessa altura a prioridade era conhecer a nossa própria História que não conhecíamos de todo. Nessa altura, era um campo imenso aberto à investigação: a Primeira República, o Estado Novo dos anos de 1930, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola, as eleições dos anos de 1950, a guerra colonial, enfim. Hoje, nos estudos sobre a questão colonial, é absolutamente possível e indispensável o estudo comparativo do colonialismo português com a História do colonialismo francês, britânico ou holandês, pois já conhecemos o processo português relativamente bem. Essa nova geração de investigadores que está a trabalhar algumas dessas realidades hoje já tem base para poder exercitar-se na internacionalização e na comparação. A internacionalização hoje é absolutamente essencial.

Tempo e Argumento: – *A interação entre ensino e pesquisa nem sempre ocorre com facilidade...*

Fernando Rosas: Mas isso foi possível porque era a mesma pessoa que dirigia tudo. Ou seja, eu era o professor que ministrava História de Portugal do século XX na Licenciatura, coordenador do curso de Mestrado e diretor do IHC. Portanto, eu e depois outros, podíamos fazer perfeitamente fazer essa ponte sem nenhum conflito. E assim era mais fácil conduzir os estudantes para a investigação. Aliás, o IHC tradicionalmente aqui na Faculdade sempre teve um papel muito acentuado nos estudos da Licenciatura e Mestrado, isto é, muito interligado. Posteriormente é que foi criado o doutoramento, mas havia um curso de Mestrado consistente, com dois anos escolares e uma dissertação que às vezes tinha a dimensão de uma tese. Já o doutorado era individual, não havia cursos, apenas o contato com o orientador. A relação então era pessoal. Depois é que se criaram os cursos e o doutorado passou a ter também uma parte escolar, seguida da preparação da tese.

Houve então uma consequente desvalorização do curso de Mestrado que hoje envolve apenas um ano de parte escolar e um ano de preparação de um ensaio, pois não é bem uma dissertação, mas um ensaio de umas cem páginas. Hoje os cursos de Mestrado são mais o quarto ano da antiga Licenciatura. Penso que mais valia retomar o quarto ano com um trabalho final do que ter no meio essa coisa que não se sabe para que lado é que cai.

Tempo e Argumento: *O IHC tem uma grande inserção nos meios de comunicação social portugueses. De onde vem essa capacidade de ocupação de espaços na mídia?*

Fernando Rosas: Eu penso que, em primeiro lugar, há um interesse real da sociedade portuguesa pela sua História. E pela sua História contemporânea em particular que durante meio século não foi contada. Mesmo em termos europeus, Portugal é uma exceção que se caracteriza pelo fato das editoras comerciais editarem normalmente livros de História frutos de trabalhos acadêmicos. Hoje já não é tão vulgar como há vinte anos, mas ainda é razoavelmente normal um trabalho acadêmico de História

ser publicado por uma editora comercial. Quando nós falamos isso aos nossos colegas alemães eles ficam espantados porque lá quem edita trabalhos acadêmicos são as editoras das universidades, com pequenas tiragens. Em Portugal há uma procura por parte da sociedade. E a História contemporânea é muito popular, no que diz respeito ao Estado Novo ou ao salazarismo.

Segundo, porque a tradição do IHC, não só durante a minha presidência por vinte anos — já parecia quase tanto tempo quanto o Salazar! —, além de cumprir uma função acadêmica de investigação científica, tem um outro componente que é a divulgação. Nós sempre trabalhamos com vistas a atingir a imprensa e a televisão. Eu próprio tenho tido programas na televisão que agora estão a ser publicados em DVDs e em livro. Se analisar a programação da televisão pública¹⁴ há vários programas sobre História. A televisão privada é que é pior porque tende normalmente a utilizar a História como farsa e entretenimento e normalmente relativizando as culpas do regime autoritário. As televisões privadas não têm um escore muito positivo em matéria de rigor histórico. Mas as televisões públicas, sobretudo o segundo canal, que é mais dirigido à cultura, tem um outro tipo de abordagem. Recentemente, por ocasião do centenário da Primeira Guerra Mundial, houve um tratamento bastante razoável e muita presença dos historiadores profissionais.

Mas isso sempre foi um componente do IHC, formar professores, pesquisar e divulgar. Ou seja, recusar a ideia do intelectual isolado na torre de marfim. O investigador tem função social e a obrigação de transmitir e debater suas ideias. Todos os nossos colegas têm uma agenda de divulgação social muito carregada e que envolve ir a escolas e outros espaços, como visitas guiadas pelo centro de Lisboa, entre outras atividades. Porque é isso que permite haver procura pela História. Do contrário, caso se mantenha restrita à circulação de ideias entre sábios, a História morre. Vai se enfeudando no seu canto. Para despertar apetite cultural da parte de um setor importante da opinião pública, a História tem que ser divulgada. Eu acho que isso é fundamental.

¹⁴ Rádio e Televisão de Portugal (RTP), emissora de televisão estatal que opera desde 1957.

Tempo e Argumento: *Apesar da sociedade portuguesa lidar bem com a historiografia acadêmica, você considera que ainda há questões sensíveis e não efetivamente encaradas ou que provocam incômodos sociais acerca do passado português recente?*

Fernando Rosas: Eu diria que há uma área em que isso ainda se verifica que é a da guerra colonial. Porque Portugal foi derrotado. Foi derrotado pela luta armada de libertação nacional dos povos das colônias, foi derrotado pela não vontade do povo português de continuar a guerra sem fim e foi derrotado pelo fato dos oficiais intermédios das Forças Armadas, não os superiores, interpretando esse sentimento popular, terem resolvido derrubar o regime para acabar com a guerra. Aliás, na própria evolução política dos jovens oficiais intermédios que fazem o levante militar de 25 de Abril de 1974, está presente este elemento: a ideia é acabar com a guerra, arranjar uma solução política para a guerra que evolui para a compreensão de que só é possível arranjar tal solução derrubando o regime autoritário e implantando um regime democrático. Foi uma evolução no sentido das reuniões conspiratórias dos oficiais: como acabar com a guerra? Primeiro tentam convencer o regime; este não se convence. Então é preciso derrubar o regime; para isso é preciso a democracia; e daí por diante. Portanto, isso é um trauma. Ainda hoje dizer que Portugal foi derrotado na guerra colonial é uma coisa que mexe, sobretudo, com certos setores da sociedade. O discurso oficioso, mesmo ao nível da Presidência da República — sobretudo o ex-presidente¹⁵ —, sobre a guerra colonial, é ainda um discurso luso-tropicalista¹⁶ vindo lá do Gilberto Freyre: como se houvesse uma apetência especial dos portugueses para a miscigenação nos trópicos, num colonialismo bondoso e cristão e que não corresponde em nada à realidade. Esta última série que eu fiz para a televisão¹⁷ é exatamente a tentativa de desmontagem disso tudo e gerou muito polémica em parte da extrema-direita que reagiu, inclusive, pedindo que o programa fosse suspenso. Mas foi o programa mais visto na RTP-2 enquanto foi

¹⁵ Aníbal Cavaco Silva, que exerceu dois mandatos consecutivos entre 2006 e 2016.

¹⁶ Conjunto de elaborações formuladas em especial por Gilberto Freyre que defende a prevalência de uma relação empática entre portugueses e as regiões tropicais, ideias que foram utilizadas como peça de propaganda do regime do Estado Novo para legitimar o colonialismo de Portugal no século XX.

¹⁷ “História a História África”, série de 13 episódios exibidos pela RTP-2 entre outubro de 2017 e janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.rtp.pt/play/p3951/historia-a-historia-africa>>.

exibido porque as pessoas querem conhecer e porque foi feito com honestidade. Não é um instrumento de propaganda e era um ponto de vista e uma análise.

Mas a guerra continua a ser sobre a natureza do colonialismo português, sobre a maneira como terminou e sobre os crimes cometidos. Quer dizer: a denúncia dos crimes de matança e de tortura em massa na guerra colonial por parte da polícia política é rara e recente. Para não falar dos crimes cometidos pelas Forças Armadas dos quais quase ninguém fala, em parte porque quem fez o movimento militar [de 1974] foi quem andou a fazer a guerra. O fato é que se cortaram cabeças e as espetaram em paus. O fato é que se matou indiscriminadamente em massa nos campos de concentração. Nisso o colonialismo português foi igual aos outros: ao britânico no Sudão, ao da França na África Ocidental, ao da Holanda na Indonésia. Não há diferença. O colonialismo é uma violência em si mesmo e uma violência criminosa.

No caso português, como a guerra da Argélia por parte da França, houve uma derrota. E isso implicou a saída *en catastrophe* de 500 a 700 mil colonos brancos. Agora, devo dizer, um dos grandes sucessos da democracia portuguesa foi a integração dos então chamados “retornados”. Porque se seguiu uma política não caritativa, mas de investimento real na integração que deveria seguir de exemplo para a integração dos refugiados agora na Europa. Porque se deu crédito para montarem empresas, porque se construíram casas e a própria economia cresceu com esse processo de integração. E, claro, houve muito trauma, houve muito choque: em dois anos caíram aqui 700 mil pessoas, com o país a sair da revolução. Aliás, devo dizer que se não houvesse banca nacionalizada,¹⁸ se não houvesse a intervenção do Estado na economia, não se tinha conseguido. Todos que eram empregados bancários foram inseridos na banca nacionalizada. Todos que eram professores e funcionários públicos tornaram-se empregados do Estado. Com o país a sair de uma situação revolucionária, o Estado tinha um papel muito grande na

¹⁸ A partir de 1975, houve a nacionalização de bancos e companhias de seguros em Portugal, que assim permaneceram até o início do processo de desnacionalizações e privatizações ao final da década de 1980.

economia e isso foi fundamental para resolver este problema. Mas foi um dos grandes sucessos da jovem democracia portuguesa o processo de integração.

Quanto à descolonização, foi o que podia ter sido. Quer dizer, houvera um regime que conduziu cegamente uma guerra sem futuro até o fim e foi derrotado. Portanto, o governo que negociou a descolonização¹⁹ não tinha o apoio do Exército, porque este queria ir embora, e não tinha o apoio da população em Portugal, porque esta estava na rua a dizer “nem mais um soldado para as colônias”, e não tinha o apoio da população nas ex-colônias, a não ser dos brancos, porque esta queria naturalmente a independência. Portanto, foi um governo que negociou a descolonização em condições difíceis e fez o que pôde. Sacou de lá, como disse, 500 a 700 mil pessoas em condições dramáticas.

Mas eu acho que a democracia, apesar de tudo, com muitos conflitos e problemas de racismo, conseguiu incorporar. O processo sociológico de incorporação é interessante porque os mais velhos que vinham das regiões pobres do campesinato, como da Beira Alta e Trás-os-Montes, tinham lá suas famílias e puderam ser absorvidos por estas. E os mais novos eram jovens empresários que se tinham fixado nas ex-colônias durante a guerra e que tinham iniciativa e experiência empresariais maiores em África do que em Portugal. Portanto, com os subsídios, puderam montar empresas e arranjar soluções econômicas que duraram. Eles vieram entre 1974 e 1976, mas no fim daquela década mesmo os mecanismos especificamente destinados à integração dos retornados tinham desaparecido. E hoje já ninguém sabe quem é remanescente de retornados.

¹⁹ Durante os governos provisórios liderados por Vasco dos Santos Gonçalves (1921-2005) e José Pinheiro de Azevedo (1917-1983) entre 1974 e 1975. Ao longo de grande parte desse período, o Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal e negociador do processo de descolonização foi Mário Soares (1924-2017).

Tempo e Argumento: E, em Portugal, esses retornados sofreram alguma discriminação como os chamados *pied noirs*²⁰ franceses?

Fernando Rosas: Felizmente a situação foi diferente porque a política de integração funcionou. Quando eles vieram houve muitos problemas. Dizia-se que iam “roubar empregos”, porque “eu poderia ter sido promovido e vem um retornando e tira o meu lugar”. Quer dizer, isso houve. Dizia-se ainda, por exemplo, “estão habituados a explorar os africanos e isto agora é outra coisa”. Há até livros de ficção muito paradigmáticos sobre essa questão.²¹ Mas a integração realizou-se, enquanto que na França não. Os *pied noirs* fizeram o *Front National*,²² ou seja, constituíram-se como força política. Em Portugal, alguns retornados tiveram alguma ligação com partidos de direita, mas isso deixou de ser um critério completo. O problema deixou de se pôr. Ninguém pergunta hoje a alguém se é ou foi retornando. Então isso foi algo bem-sucedido.

Tempo e Argumento: Você tem algum contato ou aproximação com os chamados estudos descoloniais, que visam, entre outros aspectos, descolonizar a escrita da História?

Fernando Rosas: Tenho notícia, mas não tenho propriamente contato profissional com tais estudos. Quando trato da internacionalização da investigação historiográfica sobre a questão colonial, estou também tratando desse tema. Isso ajuda a desnacionalizar a perspectiva colonial. Ajuda a integrar a narrativa colonial num processo histórico plural. Sobretudo, o desenvolvimento da visão colonial dos historiadores dos países colonizados e desta historiografia vai trazer um contributo enorme exatamente para esse processo de descolonização da linguagem. Quer

²⁰ Cidadãos franceses ou de ascendência europeia que habitaram o Norte da África, principalmente na Argélia, em Marrocos e na Tunísia e que regressaram à França após as independências desses países.

²¹ Pode-se mencionar “Retornar” (1976), de Modesto Navarro, “Caderno de Memórias Coloniais” (2009), de Isabela Figueiredo, “Os Dias do Fim” (1995), de Ricardo Saavedra, e “Fale-me de África” (2007), de Carlos Vale Ferraz, entre outros.

²² Frente Nacional - partido político francês de extrema-direita fundado em 1972, liderado durante várias décadas por Jean-Marie Le Pen, tendo sido substituído à testa do partido por sua filha, Marine Le Pen. Recentemente, o partido foi rebatizado para Rassemblement National (Reunião Nacional). Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/frente-nacional-francesa-de-marine-le-pen-muda-de-nome-para-reuniao-nacional.shtml>>.

dizer, o colonialismo português tinha uma longa historiografia colonial, de descobertas, as glórias dos descobrimentos, essa ideologia penetrou profundamente na cultura portuguesa, mesmo aquela de oposição ao regime salazarista. Portanto, abordar a questão colonial em novos termos é um processo que faz parte dessa internacionalização. E o discurso dos colonizados através dos seus historiadores é também outro processo essencial, e essa história começa agora a fazer-se: a voz dos que estão do outro lado. Nós podemos falar do trabalho indígena, mas do ponto de vista da entidade que aplicou as regras do trabalho forçado e da discriminação, enquanto eles falam do ponto de vista das vítimas, e este é sempre diferente e enriquecedor.

Tempo e Argumento: Quais são as influências e conexões internacionais de seu trabalho historiográfico? Você tem contato com a historiografia brasileira?

Fernando Rosas: Durante alguns anos dei aulas no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Curiosamente, não dava aulas no Departamento de História, mas na Literatura, na Cátedra de Estudos Portugueses. Eu, como historiador, e a professora Izabel Margato,²³ que dirigia os Estudos Portugueses, dávamos aulas em que predominava uma visão plural e interdisciplinar da História. Estabelecemos muita cooperação, inclusive com outras instituições brasileiras, como a Universidade de São Paulo e ainda o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde, aliás, conheci Luís Carlos Prestes há 30 anos. Deixei de ir regularmente ao Brasil porque a universidade deixou de ter recursos para pagar as viagens. Não tenho mais ido e também estou zangado com a situação política brasileira...

Outros contatos internacionais mais frequentes ocorrem aqui na Europa. Como eu sou um historiador especializado na história dos fascismos, os grandes parceiros são os historiadores espanhóis, italianos, franceses e alguns alemães. Agora vamos

²³ Professora de Literatura portuguesa do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-Rio e coordenadora da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses.

também começar a trabalhar na Hungria e na Romênia. Dada a situação nesses países atualmente, eles resolveram apostar no estudo do fascismo lá também. Participei de um colóquio internacional sobre o fascismo na Universidade Centro-Europeia, em Budapeste, ameaçada de ser fechada pelo governo húngaro. Tenho publicado livros na Espanha e na França, mas no Brasil também, onde nesses últimos dois ou três anos, em virtude da situação econômica, deixei de lá ir.

Tempo e Argumento: *Você tem um livro em preparação, justamente sobre a temática do fascismo. Qual é sua compreensão sobre a caracterização de diferentes regimes políticos como fascistas?*

Fernando Rosas: O livro que estou a preparar chama-se “Salazar e os fascismos: ensaio breve de História comparada”. É um trabalho que se destina a tentar caracterizar a natureza do salazarismo e do Estado Novo português à luz daquilo que se pode chamar os fascismos europeus. Subsiste uma polêmica à volta sobre o que é o fascismo, que regimes podem ser assim chamados ou não. Eu tenho defendido ao longo do tempo uma abordagem larga de que os regimes fascistas têm características comuns e que são diferentes entre si. Mas há um campo amplo dos regimes fascistas, no qual se inclui o regime português e o regime espanhol, pelo menos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Tenho mais dúvidas sobre a aplicação do conceito à América Latina, porque aí intervêm outros conceitos, como caudilhismo e populismo. No continente europeu, o fascismo caracterizou-se por uma espécie de aliança entre as direitas políticas tradicionais e os movimentos fascistas plebeus. Nas plataformas desses regimes encontram-se as velhas classes dominantes que se aliam ao fascismo para cumprir tarefas bem determinadas: esmagar o movimento operário organizado, dirigir a economia numa conjuntura de crise e adotar planos de recuperação territorial. Esse último aspecto não é o caso de Portugal, mas mesmo na Espanha há reivindicações territoriais.

Penso que essa aliança que se caracterizava não só pela destruição do movimento operário, como pela liquidação da democracia parlamentar e do pluralismo

partidário, tinha como um dos seus objetivos a regulamentação da economia no sentido da maximização da produção e do lucro e, como instrumento para esse efeito, a organização corporativa. Essas características marcam o conjunto desses regimes, ainda que a sua diferença seja pautada normalmente pela força que nessa aliança tem os movimentos fascistas, enquanto movimento pequeno-burgueses e plebeus. Qual sua força? Qual autonomia possuem? São as direitas tradicionais que mandam ou são os movimentos pequeno-burgueses que se impõem? Essa relação de equilíbrio marca as diferenças dos regimes. Um caso exemplar é o grande peso do Partido Nacional-Socialista sobre a direita econômica e política da Alemanha. Na Itália, há uma relação muito mais equilibrada. E em Portugal houve um regime de tipo fascista com predomínio da própria direita tradicional, que integra os movimentos fascistas e os disciplinam. Também em Espanha, onde o catolicismo conservador também se alia aos movimentos fascistas e também os integra e disciplina. Mas são regimes de natureza idêntica. E é este ponto de vista que vou tentar neste novo livro demonstrar. Porque na Áustria, na Hungria e na Romênia também se passam coisas semelhantes.

É muito interessante comparar aquilo que foi a emergência dos fascismos enquanto regime e distinguir de sua emergência enquanto movimento. O fascismo enquanto movimento é plebeu e radical. Como regime, significa a aliança desses movimentos com as outras direitas. E isso marca uma diferenciação importante. Renzo de Felice²⁴ marcou essa diferenciação e é muito importante assinalá-la.

Mas é importante comparar a emergência do fascismo na década de 1930 com o que está a passar atualmente na Europa, em que a burguesia dispensa o uso da violência terrorista contra o movimento social, principalmente porque este não tem características revolucionárias e não há ameaça do “perigo vermelho”. Portanto, eles podem fazer uma coisa mais pacífica que é esvaziar o parlamentarismo,

²⁴ Renzo de Felice (1929-1996), historiador italiano, especializado na temática do fascismo e conhecido por uma marcante biografia de Benito Mussolini, foi professor da Sapienza – Università di Roma. Entre seus livros traduzidos para o português podem ser mencionados “Explicar o fascismo” (1978), “Entrevista sobre o fascismo” (1988), “Breve história do fascismo” (2005) e “A Itália de Mussolini e a origem do fascismo” (1988), com Emilio Gentile.

enquanto que a direita tradicional incorpora os valores e as correntes da extrema-direita. Na Hungria, na Finlândia, na Áustria e mesmo na França do presidente Emmanuel Macron, essa incorporação dos valores dos movimentos da extrema-direita nacionalista é um fato que está a desenrolar-se. Aliás, algo que acho extraordinário nesse sentido é como, com Macron, a direita francesa se tornou “Trumpiana”, ou seja, cortando com toda a tradição gaullista²⁵ que vem do fim da Segunda Guerra Mundial e em que havia uma certa independência do Estado francês como entidade autônoma, principalmente em relação aos Estados Unidos. De repente, Donald Trump torna-se uma espécie de modelo para a direita francesa. E Macron — tão europeísta! — rompe com a tradição de autonomia específica europeia que havia.

Tempo e Argumento: Estes seus estudos sobre os fascismos envolvem os portugueses presos em campos de concentração alemães. Isto é impressionante...

Fernando Rosas: A questão é complexa porque o coração do salazarismo durante a Segunda Guerra Mundial batia pelos regimes fascistas, mas a estratégia impunha-lhe uma grande proximidade dos ingleses. Os ingleses eram os primeiros investidores, credores, transportadores e fornecedores da economia portuguesa. Eles fechavam a torneira, tiravam o carvão e a economia parava. E, com sua Marinha de Guerra, não havia contato com o Império colonial se os ingleses não permitissem. Portugal era um país, quer do ponto de vista econômico ou estratégico, muito dependente da Inglaterra. E, por isso, o país adotou uma neutralidade que era do consentimento dos ingleses, que não queriam que Portugal entrasse na guerra ao seu lado para não atrair a beligerância espanhola. Eles não estavam em condições de defender a Península Ibérica e, portanto, eles utilizam Salazar para travar Franco: “vocês têm que ser neutrais para que ele não se tente a entrar na guerra”.

²⁵ Referências ao atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e ao ex-presidente francês Charles De Gaulle (1890-1970).

Digamos que a neutralidade portuguesa era variável: mais colaboradora com a Inglaterra naqueles primeiros anos de guerra até a primavera de 1940; quando Hitler se vira para o Ocidente e chega até os Pirineus, a neutralidade torna-se muito colaborada com a Alemanha; e depois quando os alemães começam a perder a guerra, a neutralidade volta a ser colaboradora com os Aliados, com a cedência de bases militares nos Açores e com o corte do fornecimento de tungstênio à Alemanha em 1944. Portanto, a neutralidade flutuou. Do ponto de vista político e ideológico, naturalmente havia simpatia pelos regimes fascistas, não tanto pela Alemanha, mas, sobretudo, pelo italiano. Aliás, Salazar ficou muito desgostoso quando viu Mussolini entrar na guerra quando a França já estava de arrastos.

No projeto de investigação que estou desenvolvendo, ao visitar campos de concentração como os de Buchenwald, Auschwitz e Mauthausen, foi descoberto que em todos estes, entre as pessoas que lá estiveram ou lá morreram, há referências a portugueses. E o problema colocou-se: saber o porquê e, para já, temos que homenageá-los porque nenhum governo português ao longo desse tempo todo jamais tinha sequer se preocupado com esse assunto. O projeto de investigação teve o apoio financeiro de uma instituição alemã que se dedica a indenizar as vítimas de trabalhos forçados na Segunda Guerra Mundial e a fomentar estudos sobre essa temática²⁶.

O trabalho forçado foi uma pista importante porque havia muitos portugueses em trabalho forçado: eram emigrantes na França. Quando a Alemanha desencadeou as operações de mobilização coercitiva do trabalho na França, as autoridades colaboracionistas, para poupar os franceses, enviaram os portugueses. Eram chamados às *gendarmeries*²⁷ e enviados. Há montes de cartas nos consulados a dizer coisas como: “meu marido foi chamado à *gendarmerie* e nunca mais apareceu”. Esses portugueses foram mobilizados para o trabalho forçado.

Outros foram os refugiados republicanos da guerra civil espanhola e que foram internados no Sul da França e quando os alemães chegaram, levaram-nos para

²⁶ Fundação EVZ (Erinnerung, Verantwortung, Zukunft — Memória, Responsabilidade e Futuro).

²⁷ Esquadras policiais.

trabalhos forçados ou para campos de concentração. Outros, ainda, foram apanhados na resistência francesa. Porque havia na região de Paris, no início da guerra, cerca de 30 mil portugueses emigrados para obter trabalho. Muitos deles eram sindicalizados ou eram mesmo militantes do Partido Comunista Francês ou de outras organizações de esquerda. Muitos se envolvem com a resistência e foram apanhados nessa condição e metidos nos campos de concentração.

Quando os nazistas começaram a mobilizar mesmo presos comuns para os campos de concentração também apanharam mais alguns outros.

Repare: podia-se ir para um campo de concentração por ter uma arma de caça em casa nos países ocupados. Num país ocupado era obrigatório entregar todas as armas, incluindo as de caça, e quem fosse apanhado com uma arma de caça poderia parar num campo de concentração. Houve um caso de um português nessa situação. Foi parar em Mauthausen porque tinha uma arma de caça em casa e não a havia declarado nem entregue.

Finalmente havia os portugueses que combatiam na França. Foram feitos prisioneiros de guerra e enviados para os *stalag* — campos de prisioneiros de guerra. São encontrados por volta de 300 casos desses portugueses que combateram pela França, alistados à Legião Estrangeira Francesa ou então nos Regimentos de Marcha de Voluntários que foram criados no princípio da guerra para incorporar estrangeiros. Quando os alemães invadem a França, estes são feitos prisioneiros e obrigados a trabalhar para o ocupante.

Os emigrantes eram ainda levados pelas ações de Fritz Sauckel²⁸, que era o Plenipotenciário Geral para o Emprego de Trabalhadores do III Reich e que fazia raides e levava aquela gente toda. Pressionava as autoridades francesas e houve um acordo que se chamou Relève em que a cada prisioneiro de guerra francês devolvido ao governo de Vichy entregava três trabalhadores especializados; e nesta troca foram enviados muitos portugueses. E ainda houve algo pior que era o Serviço

²⁸ Ernst Friedrich Christoph Sauckel (1891-1946), julgado por crimes contra a humanidade pelo Tribunal de Nuremberg e executado.

de Trabalho Obrigatório: todos os homens entre 16 e 45 anos poderiam ser mobilizados durante dois anos para trabalhar na Alemanha. Aliás, é da fuga a este programa que são alimentadas em grande parte as milícias armadas da resistência *Maquis*²⁹.

Há portugueses envolvidos nisso tudo: no trabalho forçado, nos campos de concentração e há os mortos. Vários morrem nos campos de concentração. O governo do Estado Novo nunca fez nada porque não queria que isso fosse conhecido. Não que se soubesse nem dos portugueses que morreram na União Soviética a combater pela Divisão Azul³⁰ de Franco — e há lá vários — nem queria que se soubesse dos portugueses que tinham morrido nos campos de concentração alemães. Era tudo completamente abafado. Portanto, quando começamos a reconstituir isso, propusemos ao governo português que no Muro das Lamentações do campo de Mauthausen, onde estiveram e morreram muitos portugueses e espanhóis republicanos, inaugurasse uma placa de homenagem aos portugueses mortos pela barbárie nazista e isto foi feito, em 2017, pelo Ministro de Negócios Estrangeiros.

Anualmente, voltamos lá. Em 2018, temos uma conferência sobre este projeto de investigação no Centro Simon Wiesenthal. Temos divulgado esses estudos porque há lugares em que havia muitos portugueses vitimados. Por exemplo, na cidade de Loulé, no Algarve, de onde há um número surpreendente de pessoas que morreram em campos de concentração. Podia ser uma família que se reuniu na França e foi apanhada, provavelmente na resistência, e seus membros foram parar em Mauthausen e uma grande parte morreu submetida a maus tratos. Houve um sobrevivente, mas permaneceu na França.

²⁹ Guerrilheiros resistentes chamados de *Maquisards*, com atuação em especial nas zonas montanhosas e bosques da Bretanha e do Sul da França.

³⁰ Unidade de voluntários espanhóis e portugueses que serviram ao exército alemão entre 1941 e 1943 na frente oriental durante a Segunda Guerra Mundial, em especial no episódio da invasão da União Soviética.

Entrevista

Portugal, entre colonialismos e fascismos, na visão de Fernando Rosas

Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Revista Tempo e Argumento

Volume 10 - Número 24 - Ano 2018

tempoeargumento@gmail.com